

* 7 ABR 1989

Comissões do Senado vão poder aprovar projetos

por Marcos Magalhães
de Brasília

O Senado Federal aprovou ontem o seu novo regimento interno, que deverá agilizar o processo legislativo e punir os parlamentares faltosos. A maior novidade fica por conta do poder concedido às comissões permanentes. Ao contrário do que ocorria até agora, quando todos os projetos tinham de passar pelo plenário, as comissões poderão aprová-los em caráter definitivo. Somente por recurso de um décimo dos senadores é que um projeto será submetido também ao plenário.

A partir da adoção do regimento, funcionarão apenas seis comissões permanentes, além da comissão diretora. São as comissões de Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Constituição e Justiça, Educação, Relações Exteriores e Serviços de Infra-estrutura. Cada senador poderá participar, no máximo, de até duas comissões, como titular.

"Mais adensadas, as comissões refletirão melhor a proporcionalidade do Senado", previu o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que relatou o projeto. Entre 20 e 30 senadores integrarão cada comissão. Para que eles aprovem um projeto de lei, será exigida a maioria absoluta, ou seja, se uma comissão dispõe de 25 senadores, ao menos 13 deverão votar a favor do projeto.

Os senadores, segundo o novo regimento, poderão faltar até a cinco sessões

por mês; se faltarem a seis, serão descontados em um quinto de seus vencimentos, e a partir daí sucessivamente. Ninguém votará nada, por outro lado, sem saber com antecedência o que está apreciando. Antes de entrar na ordem do dia, qualquer projeto será antes publicado no diário do Congresso Nacional. Também termina a prática do "esforço concentrado" de final de ano: nenhum projeto que chegue ao Senado após 30 de novembro será votado no mesmo ano.

A maior polêmica da votação de ontem foi reservada ao novo tratamento concedido às lideranças partidárias. Somente os líderes que respondam por bancadas superiores a três senadores terão direito a dois gabinetes e dois automóveis. Por conta disso, a sessão foi obstruída por longo tempo pelas lideranças do PDT e do PSB, que não atendem a este requisito. No final, foi feito um acordo que garante os atuais privilégios até o ano que vem.

Os próprios pedidos de verificação de votação, fartamente utilizados ontem pelos senadores Mário Maia (PDT-AC), Jamil Haddad (PSDB-RJ) e Itamar Franco (sem partido-MG), só poderão ser usados, de agora em diante, de hora em hora. Outra novidade é a grande restrição imposta às sessões secretas: elas serão convocadas apenas para apreciação da nomeação de embaixadores.